

237

131



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo

APELAÇÃO CÍVEL Nº 37867-2 – Caruaru/PE
APELANTE: Construtora e Incorporadora RR Ltda
APELADO: João Sebastião da Silva
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. REPARAÇÃO DE DANOS. ABALROAMENTO DE VEÍCULOS. CULPA. IMPRUDÊNCIA. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. PROVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTETÓRIO. MULTA.

Além do croqui apresentado pela autoridade policial, demonstrando a culpa pelo acidente, a prova testemunhal somente veio a corroborar com o boletim de ocorrência.

A interposição de embargos de declaração, com intuito protetório, enseja a aplicação da multa de que trata o parágrafo único do art. 538, do CPC.

DECISÃO: “POR UNANIMIDADE FOI NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA”.

DATA DO JULGAMENTO: 21/12/2009.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 37867-2 – Caruaru/PE, em que é apelante Construtora e Incorporadora RR Ltda e apelado João Sebastião da Silva, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, negar provimento ao recurso de acordo com o voto da Turma.

Recife, 23 de dezembro de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador Relator.

5501



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 37867-2 - CARUARU - PE
APELANTE: CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA
APELADO: JOÃO BATISTA DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Adoto o relatório de fls. 181/183, que leio (...)

Acresço que advelo sentença que julgou procedente em parte a ação proposta condenando a ré no pagamento dos danos materiais, além das custas processuais e nos honorários advocatícios.

Da sentença a ré interpôs embargos de declaração que foram rejeitados através da decisão de fls. 199/200.

Através das razões de fls. 206/209 a ré interpôs recurso de apelação pretendendo a reforma da sentença.

Contra-razões apresentadas às fls. 214/216.

Os autos foram a mim redistribuídos em 23/09/2008.

É o relatório.

Ao douto revisor.

Recife, 24 de agosto de 2009.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.



Estado de Pernambuco
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Processo nº 13.447/87
Ação de Reparação de Danos
Autor: João Sebastião da Silva
Réu: Construtora e Incorporadora RR Ltda.

S E N T E N Ç A

Vistos, etc...

JOÃO SEBASTIÃO DA SILVA, exordialmente qualificado, através de advogado regularmente credenciado, ingressou neste Juízo com a presente AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS contra a CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA., também identificada exordialmente, alegando em síntese ser proprietário do Ford Escort L, ano 1986, placa NA 8616-PE. Que, no dia 07/05/87, pelas 09:00 horas, quando era dirigido pelo motorista Paulo Roberto da Silva, seu automóvel foi violentamente abalroado pelo auto Ford F-4000, placa DR 4242-PE, pertencente à firma ré, na ocasião dirigido por Everaldo Gomes Pereira. Que, em razão do sinistro seu veículo sofreu sensíveis danos materiais. Que, o veículo da ré adentrou na faixa da contra-mão desenvolvendo excessiva velocidade, incompatível com o local, indo colidir na parte dianteira de seu automóvel, que vinha trafegando normalmente na faixa de direção. Que, seus prejuízos com o sinistro foram orçados em Cz\$ 32.096,99 (trinta e dois mil, noventa e seis cruzados e noventa e nove centavos), conforme orçamento que apresenta. Que, seu veículo é a única fonte de renda de sua família, pois o utiliza para transporte de passageiros. Que, por imprudência do preposto da requerida ficou impossibilitado de trabalhar e auferir sua renda durante três semanas, estimando seus lucros cessantes em Cz\$ 14.000,00 (catorze mil cruzados), à razão de Cz\$ 700,00 (setecentos cruzados) por dia. Juntou rol de testemunhas e os documento de fls. 06/15, requerendo ao final, a procedência da ação, com a condenação da requerida a indenizá-lo no valor de Cz\$ 32.096,99, valor retro referido, e demais cominações legais.

A inicial foi recebida em 16/06/87 (fls. 02).

Designada audiência de instrução e julgamento, compareceu a ré, através de advogado, apenas, para alegar nulidade de citação,

Felippe Augusto Camir Guimarães
Juiz de Direito



Estado de Pernambuco
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

2

134

tese essa acatada pelo ilustre magistrado da época, pelo que foi determinada nova citação via carta precatória (fls. 26/35v).

Designadas foram várias audiências de instrução e julgamento, sendo expedidas, também, várias cartas precatórias a fim de citar a ré na Comarca de Recife.

Finalmente citada, a ré peticionou apresentando rol com 04 (quatro) testemunhas, sendo que 03 (três) delas residentes em Recife (fls. 50).

Na audiência de instrução e julgamento, realizada em 09/08/90, compareceu a ré, representada por preposto e advogado, onde foi ofertada contestação (fls. 69/71). Nela, aduz em suma a ré ser insubsistente e sem consistência jurídica a pretensão autoral, pois, para a caracterização da responsabilidade civil, necessário se fará a comprovação do ato ilícito decorrente de conduta culposa, o que na ocasião já alegou não ter praticado. Alegou a ré, também, ter sido a verdadeira vítima do sinistro, pois o causador do dano foi o motorista do autor, que por imperícia e imprudência, dirigia seu automóvel em velocidade incompatível para o local. Quanto aos fatos, alegou que no local do acidente havia uma obra da Compesa na pista, o que obrigava o trânsito a passar na faixa da contra-mão, fato, ainda, que obrigou o condutor de seu veículo a para o carro, verificar se não vinha outro automóvel em sentido contrário, e só então seguir seu caminho. Nesse momento, então, surge o veículo do autor, a mais de 80 km/h, que sem conseguir frear, veio colidir com seu veículo. Ressaltou, ainda, que quando do acidente, o motorista do autor, relatou aos presentes, inclusive ao seu motorista, que vinha em alta velocidade porque dirigia-se à Delegacia de Polícia para prestar queixa que sua casa havia sido invadida por terceiros, reconhecendo assim sua responsabilidade pelo sinistro. Ao final, requereu a improcedência do pedido inaugural, com as cominações legais (fls. 69/71).

Durante a instrução do feito foram inquiridas 02 (duas) testemunhas arroladas pelo autor (fls. 69/70v) e, por precatória, 03 (três) pela ré (fls. 109/113).

Às fls. 125, o autor peticionou requerendo a reinquirição das testemunhas arroladas pela ré, e ouvidas por precatória, alegando não ter sido intimado para acompanhar tal ato, pleito, inteiramente deferido às fls. 126. Todavia, sem motivo aparente, tal reinquirição não se renovou, levando o autor a desistir de seu intento face à longa tramitação do feito.

Felippe Augusto Góes Guimarães
Juiz de Direito



Estado de Pernambuco
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

3
- 183
125

Às fls. 128/129 o autor constitui nova causídica, a qual faz um longo relato dos autos, pugna pela procedência do pedido e junta novos documentos (fls. 131/148). Nessa ocasião, inclusive, alega que o conserto do automóvel do autor não foi somente Cz\$ 32.096,99, e sim, Cz\$ 41.118,36, pelo que requereu a condenação da ré em indenizar o autor nesse valor.

Uma última tentativa de conciliação foi realizada em 14/05/97, sem entretanto logra êxito (fls. 171).

Através de Memoriais de Razões Finais, autor e ré, cada um fulcrando-se nas provas produzidas nos autos, pugnaram pela procedência e improcedência do pedido, respectivamente, com as cominações legais de praxe (fls. 172/ 179).

Vieram-me conclusos os autos em 05/06/97.

É o relatório.

DECIDO.

É sabido que no campo da responsabilidade civil, "...o direito à indenização surge sempre que o prejuízo resulte da ação do agente, voluntária ou não" (In "Curso de Direito Civil", Washington de Barros Monteiro, 1º vol., pág. 274).

In casu, compulsando atentamente os autos, entendo cabível em parte a indenização postulada, eis que o prejuízo sofrido pelo autor resultou, pelo apurado, de culpa do agente, consoante preconiza o art. 159 de nosso Código Civil.

Nesse respeito, verifico que a prova dos autos é por demais cabal e irrefutável, assim considerando a certidão de ocorrência policial, o croqui, a prova testemunhal e os demais documentos acostados. //

09. relata que:

A referida certidão de ocorrência policial, inserta às fls.

"COMO SE VERIFICOU O ACIDENTE: Às 09:00 horas do dia sete (07) de maio de 1987, quando travegava pela rua Alto da Balança com

Felippe Augusto Cleber Guimarães
Juiz de Direito

238

136

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 37867-2 - CARUARU - PE
APELANTE: CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA
APELADO: JOÃO BATISTA DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO

Trata-se de apelação cível interposta em face de sentença que julgou a ação de reparação de dano por acidente de veículo, condenando a apelante no pagamento de indenização no valor de Cz\$ 32.096,99 (trinta e dois mil noventa e seis cruzados e noventa e nove centavos).

As provas colhidas na instrução do processo demonstraram que o veículo de propriedade da apelante adentrou na contra mão atingindo o veículo de propriedade do apelado que vinha em sentido contrário.

Além da prova testemunhal, o croqui com ilustração gráfica apresentado às fls. 15, demonstra que o veículo do autor/apelado foi atingido pelo veículo da apelante.

Não elide a culpa pelo acidente a alegação de que o motorista da apelante teve o cuidado de parar antes do buraco existente na via, para logo após passar para a contra mão quando então bateu no carro que vinha em sentido contrário. Na verdade essa assertiva é uma verdadeira confissão de culpa. Não se houve com prudência o motorista que vinha conduzindo o veículo da ré, causador do acidente.

Resta claro que o autor tem direito à indenização pelos danos causados ao seu veículo.

Quanto a aplicação da multa imposta por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, não vejo motivos para excluí-la da condenação, pois na verdade, nos embargos opostos contra a sentença recorrida, não foi apontada nenhuma omissão, obscuridade ou contradição. Na verdade, pretendeu a ré um novo julgamento da questão, o que é inadmissível em sede de embargos de declaração.

Assim considerando, desmerece a sentença recorrida a reforma pretendida, razão pela qual nego provimento ao apelo.

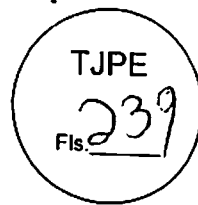
É como voto.

Adalberto de Oliveira Melo
Adalberto de Oliveira Melo
Desembargador relator.

w.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



137

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 37867-2 - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARUARU

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
REVISOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.
APELADO: JOÃO SEBASTIÃO DA SILVA

V O T O D E R E V I S Ã O

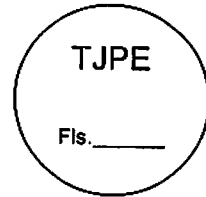
Trata-se de apelação interposta em face de sentença (fls. 181/191) proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Caruaru, julgando parcialmente procedente Ação de Reparação de Danos, "para condenar a empresa-ré a indenizar o autor no pagamento da importância de Cz\$32.096,99 (trinta e dois mil, noventa e seis cruzados e noventa e nove centavos), moeda da época do sinistro litigado, em razão dos prejuízos sofridos pelo veículo do mesmo" (fls. 191).

Volta-se o recurso também contra a decisão que desacolheu os Embargos Declaratórios opostos em face da sentença, aplicando ao Embargante, aqui Apelante, multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, de conformidade com o art. 538, parágrafo único, do CPC.

Da leitura dos autos, constato não merecer reforma a sentença, pois restou documentalmente provado no feito ter sido o preposto da Apelante o causador do acidente de trânsito que provocou danos no veículo de propriedade do Apelado, daí resultando o dever de indenizar.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



138

Com efeito, através da certidão constante às fls. 09, a autoridade policial lotada no Departamento de Acidentes da Delegacia de Caruaru atestou o modo como ocorreu o acidente, a partir da análise da perícia realizada no local.

De acordo com as informações prestadas pela referida autoridade, o preposto da Apelante, guiando um Ford-F4000, placa OR-4242-PE, tentou livrar um buraco e acabou avançando inadvertidamente sobre a faixa contrária, provocando a colisão com o veículo pertencente ao Apelado e conduzido por preposto seu. Neste particular, cabe transcrever o seguinte trecho do documento, *litteris*:

"Às 09:00 horas do dia sete (07) de maio de 1987, quando trafegava pela rua Alto da Balança com destino ao subúrbio, o auto Ford - F4000, de placa OR-4242-PE, dirigido pelo motorista Everaldo Gomes Pereira, o mesmo ao desviar seu veículo de um buraco existente na faixa de rolamento da citada rua, atingiu a contra-mão de direção, provocando o abalroamento, e deu margens a ser abalroado na região lateral esquerda dianteira, pela região dianteira lado esquerdo do auto passeio marca Ford Scott de placa NA-8616-PE, que trafegava em sentido contrário em sua mão de direção, e no momento era conduzido por Paulo Roberto da Silva. Em consequência do ocorrido, ambos os veículos sofreram avarias" (fls. 09).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Lameira de Moraes

TJPE
Fls. 240

138

Demais disso, o croqui com a ilustração gráfica do acidente (fls. 15) não deixa dúvidas quanto à culpa do preposto da Apelante, comprovando ter ele invadido a contra-mão e provocado o abalroamento com o automóvel do Apelado.

Ora, nas ações indenizatórias por danos decorrentes de acidentes de trânsito, as conclusões lançadas pelas autoridades que compareceram ao local do evento gozam de presunção *juris tantum* de veracidade e só podem ser abaladas por melhor prova em sentido contrário.

Nesse diapasão, reporto-me aos julgados adiante colacionados, aplicáveis, *mutatis mutandis*, à hipótese em discepção, com grifos nossos:

.....

INDENIZAÇÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - ABALROAMENTO - LESÕES CORPORAIS - CULPA - BOLETIM DE OCORRÊNCIA - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - DIREITO DA AUTORA - FATO DESCONSTITUTIVO - AUSÊNCIA - DANOS MATERIAIS - DANOS MORAIS - INDENIZAÇÃO - VALOR - JUROS - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - Presentes os elementos caracterizadores da responsabilidade subjetiva esposada pela legislação pátria, quais sejam, o dano sofrido pela autora, o erro de conduta da ré e o nexo de causalidade entre estes, deve aquela indenizar os danos morais, estéticos e materiais. - O boletim de ocorrência goza de presunção de veracidade, que só pode ser afastada por prova inconcussa. - Ante a ausência de provas quanto ao fato desconstitutivo do direito da autora, o pedido inicial deve ser julgado procedente. - Na indenização por danos morais devem ser sopesadas as condições das partes, a gravidade da lesão e a sua repercussão. - Nos danos morais, a correção monetária deve incidir a partir do despacho inicial, não se tratando de vantagem que se

6



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

140

adiciona ao crédito, mas de mera recomposição do poder aquisitivo da moeda. Juros a partir da citação. - A importância da condenação por danos materiais deverá ser corrigida monetariamente, acrescida de juros a partir do desembolso. (TAMG - AP 0414499-4 - (81636) - Alfenas - 8ª C.Civ. - Rel. Juiz José Amancio - J. 12.12.2003).

.....

AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - IMPUTAÇÃO PARCIAL DA RESPONSABILIDADE PELO INFORTÚNIO AOS RÉUS - SENTENÇA ADSTRITA AOS LIMITES TRAÇADOS NO PEDIDO INICIAL - JULGAMENTO EXTRA PETITA - NÃO OCORRÊNCIA - Não ocorre julgamento extra petita se a sentença se conteve dentro dos limites delineados no pedido inicial. No caso em questão os autores ajuizaram a lide buscando imputar a responsabilidade integral pelo acidente de trânsito aos réus. A julgadora, então, após apreciar as provas existentes nos autos, concluiu haver culpa de ambos os litigantes pelo infortúnio, deferindo a indenização pela metade. Julgou, assim, a lide dentro dos limites em que foi posta e de acordo com o pleito formulado, afastado o vício de extra petita. No mérito, presunção *juris tantum* de veracidade do boletim de ocorrência não ilidida. Prova testemunhal contraditória e imprecisa. Culpa concorrente do motorista réu delineada. Sentença mantida. O boletim de ocorrência de acidente de trânsito firmado pela autoridade policial tem presunção *juris tantum* de veracidade e só pode ser abalado por melhor prova em sentido contrário. In casu, porquanto ausente qualquer elemento oposto robusto, permanece hígido o seu teor, imputável a culpa ao condutor réu. (TJSC - AC 2000.024164-4 - Rio Negrinho - 1ª CDCiv. - Relª Desª Maria do Rocio Luz Santa Ritta - J. 13.12.2005).

.....

Na situação em tela, a prova testemunhal colhida nos autos mostrou-se contraditória e inconclusiva, motivo pelo qual deve permanecer hígido o teor da certidão policial (fls. 09).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Lado outro, no tocante à condenação ao pagamento de multa em razão da interposição de Embargos Declaratórios com intuito procrastinatório, entendo não merecer reforma o *decisum*, pois o recurso aclaratório (fls. 195/197) apresentado pela ré, aqui Apelante, buscava apenas rediscutir matéria já apreciada na sentença, o que revela o caráter protelatório do incidente.

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo a sentença guerreada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 21.12.09

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Revisor